Relatório e Contas | Junho

gestão de ativos
sgoic

2026

IMGA FLEXÍVEL

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível

Índice

Relatório de Gestão	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	10
Desempenho Fundos Multiativos e PPR	14
Informação relativa à Gestão do Fundo	16
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	18
Eventos Subsequentes	19
Notas Informativas	20
Balanço	31
Demonstração de Resultados	34
Demonstração de Fluxos de Caixa	36
Anexo às Demonstrações Financeiras	38
Relatório de Auditoria	49

Relatório de Gestão

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Nota Introdutória

O Fundo foi constituído em 22 de junho de 1998 como um Fundo Misto, com a denominação de Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Misto – Raiz Global, observando, entre outras normas, as constantes do Decreto-Lei nº 252/2003, de 17 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 52/2006 e pelo Decreto – Lei nº 357-A/2007, e de acordo com o Regulamento nº 15/2003 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Os documentos constitutivos do fundo foram atualizados em 5 de novembro de 2013 de harmonia com o Decreto-Lei n.º 63-A/2013, de 10 de maio e com o Regulamento CMVM 5/2013 passando nessa data para Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

Em 15 de dezembro de 2014 o fundo passou a denominar-se Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível CA Flexível, tendo passado a ser um Fundo Flexível.

Os documentos constitutivos do OIC foram atualizados em 30 de junho de 2015, de harmonia com o Regime Geral dos OIC, conforme Lei 16/2015, de 24 de fevereiro, bem como em virtude da entrada em vigor do novo regime fiscal aplicável a partir de 1 de julho de 2015, e em 25 de setembro de 2015 de harmonia com o Regulamento 2/2015 da CMVM.

Em 1 de outubro de 2017, momento a partir do qual a IMGA assumiu a sua gestão, alterou a sua denominação para IMGA Flexível.

Em 27 de setembro de 2019, incorporou por fusão o Fundo IMGA Alternativo – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível.

A partir de 28 de novembro de 2019 passou a estar disponível para comercialização a Categoria I de Unidades de Participação deste fundo, a qual, no entanto, não foi ainda constituída.

A Categoria R de Unidades de Participação deste fundo constituiu-se em 4 de maio de 2021.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pela coexistência de um enquadramento económico global resiliente, com o choque geopolítico no Médio Oriente. A escalada do conflito entre EUA/Israel e o Irão, incluindo o encerramento do Estreito de Ormuz, impulsionou os preços da energia e reacendeu riscos inflacionistas, embora o impacto tenha sido mitigado por respostas coordenadas e ajustamentos na oferta.

A atividade económica global abrandou moderadamente, mantendo, no entanto, um perfil resiliente. Os EUA destacaram-se pelo dinamismo do investimento, sobretudo associado à inteligência artificial, enquanto a Europa e outras regiões mais dependentes de energia foram mais penalizadas. A China manteve um desempenho robusto via exportações e os mercados emergentes apresentaram dinâmicas divergentes.

A inflação voltou a acelerar, sobretudo devido à energia, levando os principais bancos centrais a adotarem uma postura mais restritiva e a reverem em alta as expectativas para as taxas de juro. Apesar disso, a inflação subjacente manteve-se relativamente contida, sinalizando efeitos indiretos ainda limitados.

Os mercados financeiros mostraram-se resilientes. As taxas de juro de curto prazo subiram, mas os mercados acionistas registaram ganhos sólidos, suportados pelo crescimento dos lucros e pela temática da inteligência artificial. O dólar apreciou-se e as matérias-primas, em particular a energia, lideraram as valorizações.

Panorama geopolítico

As perspetivas económicas para o ano de 2026 eram consensualmente favoráveis, assentes nos estímulos orçamentais (EUA, Alemanha, China, Japão, etc.), no clima de menor incerteza económica, nos sinais de reaceleração cíclica da manufatura, na expectativa de retoma do rendimento real disponível e no forte investimento na temática da inteligência artificial. Paralelamente, projetava-se uma continuidade da convergência da inflação para o objetivo na área do euro e, em menor medida, nos EUA e no Reino Unido.

Não obstante, a crescente tensão entre os EUA e o Irão e a perceção, pelo eixo EUA/Israel, de fragilidade do regime iraniano, serviram de contexto para ataques coordenados e de larga escala, que vitimaram altas patentes do regime iraniano, incluindo o aiatola e Líder Supremo Ali Khamenei. A retaliação do Irão foi imediata e incluiu mísseis balísticos contra Israel e bases dos EUA na região; ataques a infraestruturas civis (incluindo aeroportos) de países vizinhos vistos como cúmplices dos EUA/Israel e o encerramento do Estreito de Ormuz, uma artéria vital para a economia mundial na perspetiva do fluxo de crude e de gás natural (representa cerca de 25% do fluxo mundial).

Os desenvolvimentos descritos resultaram numa subida significativa da cotação das matérias-primas energéticas, assim como de outros bens afetados pelo conflito no Médio Oriente, e consequentemente, alimentaram riscos de um choque estagflacionista à escala global.

Ainda assim, o impacto da guerra foi inferior ao inicialmente receado. Apesar de este ter sido classificado como o maior choque energético de sempre, as suas repercussões foram limitadas por atenuantes como a libertação coordenada de reservas estratégicas de petróleo; o desvio de petróleo da Arábia Saudita por *pipeline* para o porto de Yanbu (no mar vermelho); a redução de procura global (em particular pela China) e a continuidade das exportações do Irão através de frotas e rotas não oficiais, mesmo durante a vigência do bloqueio naval dos EUA. Ainda assim, a cotação do Brent evoluiu ao longo de várias semanas acima dos 90$/barril (atingiu momentaneamente um máximo de 121$/barril) e o preço do gás natural de referência para a Europa situou-se entre os 45€/MWh e os 60€/MWh entre março e o início de junho.

Após múltiplos avanços, recuos e ameaças, em particular pela Administração Trump, no dia 17 de junho foi assinado em junho um Memorando de Entendimento para a reabertura imediata do Estreito de Ormuz e que traçou as linhas gerais para um cessar-fogo de 60 dias, no qual decorrerão negociações entre os EUA e o Irão, com foco no programa nuclear do Irão.

A proporção e a duração do embargo energético significaram, ainda assim, uma mudança das circunstâncias económicas.

Enquadramento económico global

A economia mundial terá registado algum abrandamento do ritmo de atividade ao longo do primeiro semestre de 2026, com base no impacto da subida dos preços das matérias-primas energéticas, na perda de rendimento real disponível e globalmente em resultado do clima de incerteza. Não obstante, a economia mundial voltou a exibir maior resiliência do que o esperado perante choques exógenos de larga escala, como ocorrera na crise pandémica; em 2022 com a guerra na Ucrânia; com a escalada das tarifas aduaneiras de Trump em 2025 e desta feita com as disrupções no Golfo Pérsico.

O impacto no ritmo de atividade foi diferenciado numa perspetiva geográfica. Na perspetiva da economia dos EUA, embora o clima de incerteza e a subida dos preços dos combustíveis tenham produzido algum impacto no consumo privado entre os meses de março e maio, esse impacto terá sido apenas marginal. Para tal terá contribuído a capacidade/disponibilidade dos consumidores para suprimir os níveis de poupança (em termos agregados), o suporte dos reembolsos fiscais entre março e abril (superiores em mais de 60$ mil milhões comparativamente ao ano anterior). Destaque ainda para a retoma cíclica da atividade na manufatura, para a reaceleração do mercado laboral dos EUA e para o impulso associado ao investimento no ecossistema associado à inteligência artificial.

Assim, o PIB dos EUA cresceu 2,1% em cadeia no primeiro trimestre de 2026, o que correspondeu a uma aceleração sequencial face aos 0,5% do trimestre anterior (impactado pelo encerramento dos serviços governamentais). O consumo privado desacelerou para um crescimento anualizado de apenas 0,5%, marcado por um efeito estatístico que afetou os gastos no segmento dos serviços. Inversamente, o investimento em capital fixo somou um trimestre de forte crescimento, beneficiado pela rubrica de investimento em equipamento e em *software* (+15,8% no trimestre) – em parte relacionado com a temática da inteligência artificial. Uma análise mais refinada permite mesmo concluir que entre o último trimestre de 2025 e o primeiro de 2026, o investimento em setores impulsionados pela inteligência artificial somou uma variação homóloga superior a 18%, que contrasta com a correção de cerca de 8% do investimento em setores não relacionados com essa temática. A forte subida das importações (+11,8%) estará igualmente ligada à aquisição de semicondutores e outros equipamentos ao exterior.

Em oposição, o impacto da crise energética terá sido substancialmente superior noutras regiões, incluindo na área do euro, no Reino Unido e em vários países da Ásia, mais expostos às flutuações das matérias-primas energéticas nos mercados internacionais e em alguns casos mais diretamente dependentes do fornecimento de petróleo e de gás natural da região do Golfo Pérsico. Ainda assim, a perceção é que o ritmo de atividade terá abrandado apenas moderadamente, à luz da evolução dos PMIs e dos indicadores de atividade já disponíveis para o 2º trimestre de 2026.

Mais especificamente no caso europeu, apesar da contração de 0,2% do PIB no primeiro trimestre do ano, essa quebra esteve associada à correção superior a -7% em cadeia do PIB da Irlanda, decorrente de distorções no comércio internacional introduzidas pelas tarifas aduaneiras da Administração Trump. Excluindo o contributo da Irlanda, o PIB da área do euro teria crescido 0,3% e em média o crescimento nos últimos quatro trimestres teria rondado os 1% em termos anualizados, um registo equivalente ao crescimento potencial da região. A procura externa dirigida às exportações europeias continuou a restringir o ritmo de atividade, compensado pelo contributo positivo da procura doméstica, em particular do consumo privado e dos gastos estatais. Destaque ainda para o acréscimo dos gastos em defesa e em infraestruturas e para o impulso associado à execução dos investimentos relacionados com o NGEU.

A dinâmica económica da China voltou a surpreender pela positiva no primeiro semestre de 2026, à semelhança do ano anterior. Pese embora o menor impulso fiscal comparativamente ao período homólogo, a atividade exportadora voltou a compensar a fragilidade da procura doméstica, em particular do investimento privado.

O agrupamento de economias emergentes exibiu dinâmicas distintas, com os países exportadores de matérias-primas a beneficiarem da subida do preço do petróleo e dos metais industriais, enquanto os países importadores saíram penalizados pela escalada das pressões inflacionistas e respetiva deterioração do rendimento real disponível, assim como pela introdução de medidas de racionamento de combustíveis em países como a Índia, Bangladesh, Paquistão e a Tailândia.

Inflação e política monetária

Se na perspetiva do crescimento o impacto estimado foi relativamente modesto, o mesmo não se verificou na inflação e na perspetiva dos bancos centrais. O contexto inflacionista é hoje materialmente distinto do observado antes do conflito no Médio Oriente. A subida descrita da cotação das matérias-primas energéticas significou uma inversão da trajetória de arrefecimento da inflação à escala global – patente na aceleração da inflação média dos países da OCDE de 3,35% em janeiro para 4,61% em maio, o que corresponde ao nível mais elevado em praticamente dois anos.

A inflação homóloga dos EUA e da área do euro acompanhou a escalada dos custos energéticos, percetíveis em acelerações de 1,2pp e de 1,5pp da inflação total, para 4,1% e 3,2%, respetivamente. Importa, no entanto, sublinhar que a dinâmica da inflação subjacente foi substancialmente mais branda que a inflação total, com as respetivas métricas dos EUA e da área do euro a acelerarem "apenas" 0,3pp e 0,4pp entre janeiro e maio. Embora a transmissão integral da subida dos encargos energéticos para a inflação seja um processo com uma duração que se pode estender a 9-12 meses, a expectativa é que a mesma seja apenas moderada e como tal significativamente inferior à verificada no episódio inflacionista de 2022-2023.

Por outro lado, apesar da queda dos preços da energia desde a assinatura do Memorando de Entendimento entre os EUA e o Irão, a reversão foi apenas parcial, persistindo como tal um efeito de base que significará níveis de inflação acima do objetivo dos bancos centrais pelo menos até ao primeiro trimestre de 2027.

Consequentemente, assistiu-se a uma alteração significativa das expectativas de atuação dos principais bancos centrais. O BCE subiu a sua taxa diretora em junho em 25pb, o que ocorreu pela primeira vez desde 2023, para 2,25%. A decisão fundamentou-se na escalada dos preços da energia, na subida significativa das expetativas inflacionistas e nos riscos de transmissão da energia para as restantes componentes do cabaz inflacionista. No pico da crise, os investidores projetavam pelo menos três subidas de taxas em 2026. As expectativas no final do semestre eram mais brandas, com a incorporação parcial de uma subida adicional de taxas diretoras – ainda assim contrastante das projeções de taxas inalteradas pelo BCE no período pré-guerra.

A dinâmica foi equivalente no caso do Banco de Inglaterra e da Reserva Federal dos EUA. No início de 2026 era projetada uma redução das respetivas taxas diretoras em pelo menos 50pb no decorrer do ano, uma situação que se inverteu por completo no decorrer do conflito, com a cotação dos futuros a descontar uma subida de 80pb no caso da taxa de referência britânica - encerrando o semestre com um acréscimo esperado de "apenas" 20pb.

No caso da Reserva Federal dos EUA, a confirmação de Kevin Warsh como novo presidente da instituição e a retórica agressiva do banco central na sua primeira reunião de política monetária foram, provavelmente, mais decisivos na perspetiva das expectativas de atuação futura do banco central. Com efeito, a mensagem perentória de Warsh de combate à inflação e de convergência para o objetivo de 2% foi vista como um sinal de resposta agressiva do banco central, a par da convergência de 9 membros do FOMC para um cenário de subidas de taxas diretoras em 2026.

O Banco do Japão seguiu o processo de normalização progressiva da sua taxa diretora, ao subir 25pb na reunião de junho, para 1%, o que corresponde ao nível mais elevado desde março de 1995.

Mercados financeiros

Apesar do clima de incerteza geopolítico e do acréscimo da volatilidade, os mercados financeiros mantiveram-se resilientes, assentes na solidez dos fundamentais macro e microeconómicos, na vaga de investimento em inteligência artificial e no forte crescimento dos resultados empresariais.

A aceleração da inflação e a respetiva postura mais agressiva dos bancos centrais impulsionou as taxas de juro de curto-prazo. No caso europeu, assistiu-se a uma subida de 41pb da taxa de juro a 2 anos da Alemanha no primeiro semestre de 2026, comparativamente superior às maturidades mais longas, que no caso da Alemanha subiram apenas 15pb a 5 anos e permaneceram inalteradas no prazo a 10 anos, face ao nível observado no início do ano, para 2,86%.

A variação de taxas em França, Espanha e Portugal mais pronunciada, o que originou alargamentos, ainda que marginais, dos respetivos spreads face à Alemanha, reflexo do ambiente de menor apetite por risco.

Nos EUA, o movimento da taxa de juro a 10 anos foi ascendente (+30pb), totalmente explicado pela componente de taxa real, num clima de perspetivas económicas mais favoráveis e de aceleração do PIB potencial. Ainda assim, também aqui a evolução da curva de rendimentos foi numa configuração de menor inclinação, com as taxas de juro dos prazos mais curtos a exibirem subidas mais significativas (70pb nos 2 anos e de 50pb na maturidade a 5 anos), associadas ao maior aumento do prémio inflacionista nesses prazos.

Ainda assim, apesar da subida das taxas de juro europeias, o respetivo índice de dívida governamentais valorizou 1,25%, em contraste com o índice de dívida agregada norte-americana, que desvalorizou 0,26% no semestre.

A dívida empresarial europeia manteve-se suportada, com o spread do índice *investment grade* praticamente inalterado (+1pb), o que contribuiu para a valorização de 1,33% nos primeiros seis meses do ano. O desempenho do índice de dívida empresarial europeia de menor qualidade creditícia (*high yield)* foi equivalente, com o alargamento apenas marginal do respetivo spread (+4pb) e o nível absoluto e taxa de juro *(carry*) subjacente a permitirem uma valorização semestral de 1,83% deste segmento.

O segmento de dívida subordinada de financeiras esteve novamente em destaque pela positiva, com o enquadramento favorável para o setor a possibilitar estreitamentos adicionais dos spreads (30pb no semestre) e um dos retornos absolutos mais pronunciados do segmento de rendimento fixo em euros (+3,47%).

À semelhança do universo europeu, a dívida empresarial *high-yield* dos EUA registou um alargamento apenas marginal do spread no semestre, o que permitiu que o *carry* correspondente da classe permitisse uma valorização de praticamente 2% no período. A dívida empresarial *investment grade* dos EUA desvalorizou marginalmente no semestre (-0,04%).

Ainda no rendimento fixo, a performance da dívida de mercados emergentes, em dólares, esteve em plano de destaque, fruto do *carry* atrativo, com rendibilidades entre 1,5% e 2,3% da dívida empresarial e da dívida soberana no semestre, respetivamente. A trajetória de apreciação do dólar e o enviesamento para emissões com maturidades mais curtas penalizou o segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local, que somou uma valorização de apenas 0,84%.

Apesar do menor suporte dos bancos centrais, dos riscos inflacionistas e do clima de incerteza geopolítica, os principais indices acionistas voltaram a somar fortes ganhos nos primeiros seis meses do ano. O perfil de valorização destes índices deveu-se quase em exclusivo às revisões em alta das estimativas de crescimento dos resultados empresariais, o que em oposição a valorizações assentes na expansão de múltiplos, atribui um caráter de maior sustentabilidade dos ganhos observados.

O enquadramento macroeconómico resiliente, a retoma cíclica no setor da manufatura e o entusiasmo dos investidores em torno da temática da inteligência artificial estiveram igualmente entre os principais *drivers* das fortes valorizações dos principais índices acionistas no semestre.

Nos EUA, o Nasdaq valorizou 13,1% no período, tendo as restantes praças norte-americanas somado igualmente ganhos significativos no primeiro semestre do ano, entre as quais o S&P500 (+10,2%). O perfil de ganhos setoriais foi liderado pelos setores industrial (+20,2%), tecnologia (19,8%) e energia (19,7%), enquanto consumo discricionário (-0,8%) e o setor financeiro (-1,3%) estiveram entre os piores. O índice de empresas de menor capitalização bolsista – Russell 2000 – valorizou 22,6% no mesmo período.

Na Europa, o índice MSCI valorizou 10,7%, impulsionado pela valorização das praças italiana (18,2%) e neerlandesa (15,3%), com o índice alemão DAX entre os menos bem-sucedidos (+2,1%) no semestre. Os títulos de menor capitalização bolsista, impactados pelo impacto económico da guerra e pela subida das taxas de juro, somaram uma valorização semestral de 8,1%.

À escala global, destaque para os fortes ganhos dos índices sul coreano KOSPI (+93.9%) e de Taiwan (+62.6%) e do nipónico NIKKEI (+39%), impulsionados pela temática da inteligência artificial.

Nos mercados cambiais, o dólar dos EUA esteve em plano de destaque contra os seus parceiros comerciais, e encerrou o período com uma apreciação de 2,7%, beneficiado pelo clima de incerteza geopolítica e pelas perspetivas de atuação mais agressiva da Fed, incluindo a especulação em torno da possível redução da dimensão do seu balanço, proposta por Kevin Warsh. Entre os seus principais pares, destaque para a apreciação de 2,8% face ao euro e de 3,7% face ao iene. Na perspetiva da moeda única europeia, apesar da subida de taxas do BCE, observaram-se ainda assim perdas contra o franco suíço (-0,8%), a libra esterlina (-1,2%) e a coroa norueguesa (-4,5%). A cotação do cabaz representativo das divisas de mercados emergentes ficou praticamente inalterada no primeiro semestre de 2026.

O índice agregado de matérias-primas valorizou 12,3% nos primeiros seis meses do ano, e como habitual, marcado por uma elevada disparidade de performances. O segmento com maiores ganhos foi o complexo energético, com a valorização de 21,2% do *brent*, seguido pelo trigo (16,2%) e pelo zinco (14,3%). Destaque pela negativa para a prata (-18,2%).

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Constituição de Novos Fundos / Novas Categorias UP's

BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40

A **12 de fevereiro** foi constituída a **Categoria D** do fundo.

IMGA Money Market USD

A **23 de março** foi constituída a **Categoria I** do fundo.

IMGA GV Portuguese Corporate Debt

A **6 de janeiro** foi constituída a **Categoria G** do fundo.

IMGA Rendimento Mais

A **19 de fevereiro** foi constituída a **Categoria R** do fundo.

IMGA Obrigações Corporate 2028 - 2,30%

A **3 de junho** foi autorizada pela CMVM a constituição do organismo de investimento coletivo **IMGA Obrigações Corporate 2028 - 2,30% - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações**.

Novas Entidades Comercializadoras e Agentes Vinculados

No decurso do primeiro semestre de 2026, a IMGA manteve a estratégia de alargamento da sua rede comercial e de distribuição, tendo sido dado seguimento a diversos processos de formalização de acordos com entidades externas.

Em janeiro a IMGA foi incluída como entidade comercializadora dos fundos **IMGA Poupança PPR/OICVM e IMGA Investimento PPR/OICVM.**

Em março foi incluída a Plural Markets como entidade comercializadora dos fundos IMGA.

Em abril, o fundo **IMGA Crescimento PPR/OICVM** passou a incluir o **Banco Invest** como entidade comercializadora.

Em maio o **BNI Europa** passou a ser entidade comercializadora do fundo **IMGA Rendimento Mais**.

Em junho, o fundo **IMGA Crescimento PPR/OICVM** passou a incluir o **ActivoBank** como entidade comercializadora.

Em junho foi comunicado o início de atividade do **Banco do Brasil – Sucursal em Portugal**, como primeiro agente vinculado da IMGA.

Principais Eventos

Atualizações/alterações dos documentos constitutivos dos fundos geridos pela Sociedade

A **18 de fevereiro** foi realizada a primeira atualização anual dos documentos constitutivos dos fundos IMGA, tendo sido publicadas novas versões desses documentos e promovida a sua disponibilização junto dos comercializadores e no site da IMGA.

A **14 de maio** foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2025.

Liquidação de Fundos

A **31 de janeiro**, pelo termo da sua duração, procedeu-se à dissolução do fundo **IMGA Financial Bonds 3y 2,25 – Serie I.**

A **30 de junho**, pelo termo da sua duração, procedeu-se à dissolução do fundo **IMGA Obrigações Globais Taxa Indexada EUR 2026, Serie I.**

Eventos Regulatórios

A **27 de fevereiro** foi publicada a Circular anual relativa à Gestão de Ativos 2026, onde estão definidas as prioridades para 2026 e as ações de supervisão previstas para o corrente ano.

Informações relacionadas com a Sustentabilidade

A **30 de junho** foi publicada a "Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade", relativa ao ano 2025.

Publicação dos Relatórios e Contas dos fundos geridos pela Sociedade

A **30 de abril** foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas anuais dos fundos geridos pela IMGA.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por uma elevada volatilidade nos mercados financeiros, resultante da incerteza associada ao crescimento económico mundial, às tensões geopolíticas e à evolução das expectativas relativamente à política monetária das principais economias. Apesar deste enquadramento exigente, a forte recuperação dos mercados acionistas, após a correção observada no primeiro trimestre, permitiu que os fundos multiativos e PPR registassem desempenhos globalmente positivos, beneficiando da diversificação das carteiras e da gestão ativa da alocação de ativos.

No conjunto dos fundos multiativos e PPR geridos pela IMGA, os ativos sob gestão ascendiam a cerca de 1.510 milhões de euros em 30 de junho de 2026, evidenciando um ligeiro aumento face ao final de 2025. Esta evolução foi influenciada por resgates registados em algumas estratégias de perfil mais conservador e de poupança-reforma, parcialmente compensados pela valorização dos mercados financeiros e pela procura registada em determinados fundos de perfil mais dinâmico.

Os fundos multiativos demonstraram capacidade de adaptação a um contexto de mercado particularmente exigente. Destacou-se o IMGA Flexível, com uma rendibilidade de cerca de 5,3% no semestre, beneficiando da exposição aos mercados acionistas internacionais. Também os fundos IMGA Alocação Dinâmica, IMGA Alocação Moderada e IMGA Alocação Conservadora registaram desempenhos positivos de aproximadamente 9,4%, 4,6% e 3,1%, respetivamente, refletindo a recuperação dos ativos de risco e o contributo positivo da componente obrigacionista. O IMGA Alocação Defensiva apresentou igualmente uma rendibilidade positiva próxima de 2,1%.

No segmento dos PPR, os resultados foram também favoráveis. O IMGA Crescimento PPR, lançado no final de 2025, registou uma valorização superior a 10% no semestre, refletindo o desempenho de uma estratégia de longo prazo com maior exposição a ações. O IMGA Investimento PPR apresentou uma rendibilidade próxima de 4,5%, enquanto o IMGA Poupança PPR valorizou cerca de 3,1% no período. Estes resultados evidenciam a diversidade da gama PPR da IMGA, dirigida a diferentes perfis de risco e horizontes de investimento.

Em termos de fluxos de investimento, observou-se uma procura seletiva por soluções com maior potencial de valorização. Destacou-se o IMGA Investimento PPR, com subscrições líquidas positivas de cerca de 1,5 milhões de euros, bem como o IMGA Crescimento PPR, que continuou a captar novos investidores após o seu lançamento.

A gestão manteve uma abordagem prudente e disciplinada ao longo do semestre, procurando equilibrar a preservação do capital com a participação nas oportunidades proporcionadas pelos mercados. A diversificação das carteiras por classes de ativos, geografias e estilos de investimento continuou a constituir um elemento central da estratégia, contribuindo para a resiliência dos fundos num contexto de mercado exigente.

Apesar da volatilidade observada durante parte do período, os fundos multiativos e PPR da IMGA evidenciaram capacidade de adaptação e de geração de valor para os participantes, mantendo o foco na preservação e no crescimento sustentável do património investido a longo prazo.

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

FUNDOS MULTIATIVOS E PPR	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT A	4,17%	3,45%	3	4,50%	3,80%	3	0,27%	4,48%	3
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT R	3,74%	3,46%	3	4,39%	3,81%	3	0.22% (*)	4,48%	3
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT A	6,03%	4,85%	3	5,27%	4,69%	3	0,64%	5,60%	4
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT R	6,31%	4,88%	3	5,94%	4,87%	3	1,03%	5,70%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT A	8,76%	5,56%	4	6,94%	6,07%	4	2,28%	6,77%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT R	8,78%	5,57%	4	7,14%	6,15%	4	2,39%	6,82%	4
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A	16,84%	9,46%	4	10,65%	9,68%	4	4,98%	10,08%	5
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT R	16,88%	9,48%	4	10,71%	9,70%	4	4,99%	10,10%	5
IMGA FLEXIVEL CAT A	10,10%	6,18%	4	5,81%	5,25%	4	1,14%	5,82%	4
IMGA FLEXIVEL CAT R	10,17%	6,23%	4	5,85%	5,27%	4	1,16%	5,85%	4
EUROBIC SELEÇÃO TOP	6,16%	3,16%	3	5,21%	3,07%	3	1,79%	3,26%	3
IMGA POUPANÇA PPR CAT A	6,01%	4,84%	3	5,29%	4,67%	3	0,64%	5,59%	4
IMGA POUPANÇA PPR CAT R	6,01%	4,83%	3	5,29%	4,67%	3	0,64%	5,59%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT A	8,55%	5,53%	4	6,75%	6,05%	4	2,13%	6,76%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT R	8,54%	5,54%	4	6,75%	6,04%	4	2,07%	6,76%	4
IMGA CRESCIMENTO PPR/OICVM CAT FA (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA CRESCIMENTO PPR/OICVM CAT FR (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida -34	12,39%	6,33%	4	8,13%	6,85%	4	3,25%	6,99%	4
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida -35-44	11,29%	5,86%	4	7,76%	6,28%	4	3,10%	6,46%	4
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida -45-54	7,73%	4,43%	3	6,08%	4,71%	3	1,78%	4,97%	3
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida +55	4,32%	3,06%	3	4,28%	3,33%	3	0,36%	3,76%	3

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A

(**) fundo com menos de 12 meses desde a sua constituição

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

O primeiro semestre de 2026 foi bastante positivo para o fundo IMGA Flexível, apesar da volatilidade induzida pelos acontecimentos geopolíticos, nomeadamente a situação no Médio Oriente, tendo obtido uma rentabilidade superior a 5%.

O ano iniciou-se com uma perspetiva de manutenção do ritmo de crescimento global próximo do potencial, suportado pela política fiscal (EUA, Alemanha, Japão, entre outros) e monetária em vários países. Existiam algumas incertezas quanto à evolução futura do mercado laboral e da inflação nos EUA, nomeadamente devido ao impacto das políticas do presidente Trump (comercial/tarifas, fiscal/"*One Big Beautiful Bill*", imigração, regulatória e energética) e da adoção da Inteligência Artificial; à vontade da China em endereçar verdadeiramente alguns temas domésticos relevantes; à rentabilização dos montantes que estavam a ser investidos em Inteligência Artificial, e quanto aos riscos geopolíticos existentes, nomeadamente na Ucrânia e em Israel, mas também quanto a novos focos que poderiam ganhar importância, como Taiwan ou o Irão.

As perspetivas positivas ao nível do crescimento e da inflação levaram-nos a posicionar o portfolio de uma forma pró-risco, com uma sobreponderação a ações e a alternativos, e uma subponderação a *cash*. Nas obrigações, preferíamos a exposição a crédito, mantendo uma subponderação a duração, uma vez que as expectativas de inflação estavam relativamente ancoradas, e o "*term premium*" podia ser pressionado por fatores como o aumento da oferta de divida pública, para financiar o investimento em infraestruturas e defesa, e pela instabilidade política em França. Nos EUA, o posicionamento em termos de duração também era defensivo uma vez que a inflação se mantinha acima do *target*, a independência da Reserva Federal se encontrava posta em causa e as políticas erráticas de Donald Trump, como foi o caso das tarifas, afastavam os investidores da dívida pública norte-americana.

Ao nível do crédito, embora existisse um risco assimétrico ao nível dos spreads, o "*carry*" continuava atrativo num contexto macro benigno que deveria suportar os spreads e manter os incumprimentos (*default rates*) a um nível baixo. A grande convicção estava, no entanto, nas ações, onde antecipávamos retornos positivos em todas as geografias, com destaque pela positiva para os mercados emergentes. O crescimento dos resultados, dado o crescimento económico global saudável, suportado por políticas fiscais expansionistas (EUA, Alemanha, Japão) e por bancos centrais a cortar as taxas de juro (Reserva Federal, Banco de Inglaterra), deveria ser o maior impulsionador dos mercados acionistas, num contexto em que os múltiplos até poderiam sofrer uma correção, dada a expansão recente e os níveis historicamente exigentes onde se encontravam. Ao nível do posicionamento, este não se encontrava extremado, com muitos a recearem uma bolha no segmento de Inteligência artificial.

Nos alternativos, continuávamos positivos, dado se tratarem de importantes diversificadores em termos das fontes de risco e de retorno, estando especialmente otimistas para fundos de retorno absoluto como os Merger Arbitrage e os Equity Market Neutral, e para metais preciosos, nomeadamente o ouro, dada a tendência de diversificação das reservas por parte dos Bancos Centrais; a tendência para a Política Monetária se tornar menos restritiva; o *momentum* positivo do mercado relativamente a esta matéria-prima e os crescentes conflitos geopolíticos.

Em termos cambiais, estávamos negativos para o dólar, dada a independência da Fed estar a ser posta em causa; as perspetivas de corte de juros por parte da Fed; os défices gémeos e o *momentum* negativo, potenciado pela diminuição do papel de ativo de refúgio do USD e pela perda de peso nas reservas dos Bancos Centrais e no comércio internacional.

Este posicionamento revelou-se acertado logo no início do ano, uma vez que os mercados acionistas e de crédito começaram o ano de forma positiva impulsionados pelos dados económicos robustos, apesar do aumento de volatilidade derivado essencialmente de uma escalada do risco geopolítico, nomeadamente com o tema da Venezuela, em que o seu presidente foi capturado pelos EUA, da Gronelândia e dos protestos no Irão. Este contexto impulsionou também os metais preciosos, com o ouro e a prata a valorizarem de forma significativa.

O ataque dos EUA e Israel ao Irão, a 28 de fevereiro, acabaram por alterar o sentimento dos investidores, fazendo disparar o preço do petróleo e os riscos inflacionistas; recuar o sentimento dos agentes económicos; aumentar os receios de um cenário de estagflação e desencadear uma correção transversal nos mercados financeiros. As ações globais caíram de forma expressiva, os spreads alargaram e as taxas de juro subiram, penalizadas pela subida das expectativas de inflação e pela perspetiva de políticas monetárias mais restritivas do que o antecipado anteriormente.

O Fundo acabou por ser penalizado em março, uma vez que a grande maioria dos segmentos dos mercados financeiros desvalorizaram. Em termos de posicionamento, foi reduzida a exposição acionista logo nos primeiros dias do conflito, uma vez que os riscos macroeconómicos aumentaram consideravelmente. Por outro lado, o aumento das taxas de juro para níveis mais atrativos, levaram a uma redução do *underweight* a duração. A exposição a ações foi posteriormente aumentada, com a perceção de que havia abertura entre os EUA e o Irão para negociar um acordo, e de que esse seria do interesse de ambas as partes, nomeadamente na medida em que o presidente norte-americano tem eleições intercalares para o Congresso este ano e a sua popularidade foi penalizada por este conflito, e por outro lado, os líderes iranianos têm interesse em melhorar a situação económica do pais com vista à manutenção do poder, que recentemente havia sido fortemente contestado. Este reposicionamento a ações, viria a provar-se adequado uma vez que o segundo trimestre do ano seria de forte valorização para os mercados acionistas, não só pelos resultados empresariais, que foram fortemente revistos em alta, impulsionados pelo forte investimento em tecnologia que se registou a nível global, como pelo facto da tensão entre os EUA e o Irão ter diminuído, alcançando-se inclusivamente um cessar-fogo e um memorando de entendimento entre ambos os países, o que fez diminuir o preço do petróleo e os riscos macroeconómicos. No decorrer deste trimestre a duração também foi incrementada uma vez que os níveis das taxas de juro se tornaram mais interessantes, nomeadamente por incorporarem expetativas de subidas de taxas de juro relativamente agressivas.

O Fundo foi desta forma beneficiado pelo seu posicionamento pró-risco no semestre, nomeadamente na exposição a dívida empresarial e ações. Os fundos de retorno absoluto também foram promotores de performance, sendo que a exposição a metais preciosos acabou por penalizar o Fundo, dada a alteração das perspetivas de atuação da Reserva Federal e a valorização do dólar.

No final de junho, o IMGA Flexível apresentou uma rendibilidade no semestre de 5,3% na categoria A e de 5,2% na categoria R, e a 12 meses de 10,1% na categoria A e de 10,2% na categoria R.

O valor líquido global totalizou 10,2M€, representando um crescimento de 3,7% face ao final de 2025. As vendas líquidas foram negativas em 0,1M€, mais do que compensadas por um efeito de mercado positivo de 0,5M€.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, em seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2026			
Órgãos de Gestão e Fiscalização	**Rendimento Fixo**	**Rendimento Variável**	**Número a 30/06/2026**
Comissão Executiva			
Presidente e Administradores	161 753	279 610	3
Administradores independentes	22 375	-	1
Conselho fiscal			
Presidente e vogais	28 060	-	4
Colaboradores	**Rendimento fixo**	**Rendimento variável**	**Número a 30/06/2026**
Colaboradores	1 462 745	590 069	52

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €5.904 pelos serviços durante o primeiro semestre de 2026.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, cujo custo pelos serviços prestados nesse âmbito ascenderam a €16.359.

No primeiro semestre de 2026 foram pagos €128.529 referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior.

Relativamente a 2025, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

No primeiro semestre de 2026, não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes

30 de junho de 2026

A **22 de julho** foram constituídas as **Categorias C** e **R** do **fundo IMGA Obrigações Corporate 2028 – 2,30%**.

A **21 de agosto** foi aprovada pela CMVM a constituição do **fundo Adamastor PPR/OICVM.**

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

IMGA Flexível - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo:
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível

Data de Constituição:
22 de junho de 1998

Sociedade Gestora:
IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário:
Banco Comercial Português, S.A.

Valor da Carteira:
(30 de junho de 2026)

10 219 565 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Jun/2026
IMGA FLEXÍVEL CAT A											
Rendibilidade	1,4%	1,2%	-5,6%	5,6%	3,2%	2,4%	-12,5%	3,1%	7,2%	3,2%	5,3%
Risco (nível)	3	2	3	3	5	3	4	3	3	4	4
IMGA FLEXÍVEL CAT R											
Rendibilidade	-	-	-	-	-	-	-12,7%	3,4%	7,1%	3,3%	5,2%
Risco (nível)	-	-	-	-	-	-	4	3	3	4	4

A Categoria R de unidades de participação constituiu-se em 4 de maio de 2021, pelo que não existe histórico de rendibilidade e de risco relativo aos exercícios anteriores.

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura e só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

O nível de risco do fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo investe em ativos cotados nos mercados da OCDE com exceção dos títulos representativos de OIC e depósitos bancários. O fundo pode investir em ações, obrigações, certificados, ETF's (Exchange Traded Funds), ETCs (Exchange Traded Commodities), Unidades de participação de outros fundos, depósitos bancários, instrumentos financeiros derivados bem como em outros instrumentos do mercado monetário definidos no Prospeto.

O fundo prossegue uma estratégia de investimento que privilegia a diversificação dos investimentos entre instrumentos financeiros de rendimento fixo e variável e a gestão ativa da repartição por categoria de ativos, em função das condições de mercado e da correlação ente a evolução do valor de mercado dos valores mobiliários que integram a carteira do fundo, com vista a controlar e reduzir o risco do investimento e a maximizar a valorização do património do fundo.

O fundo tem uma política de investimento flexível, podendo o peso de qualquer dos tipos de instrumentos financeiros acima referidos variar sem outros limites para além dos constantes do prospeto do fundo, sem limites mínimos e máximos por categorias de ativos, cabendo à sociedade gestora determinar em cada momento, em função das condições de mercado, a composição do património mais adequada à prossecução do objetivo do fundo e ao seu perfil de risco.

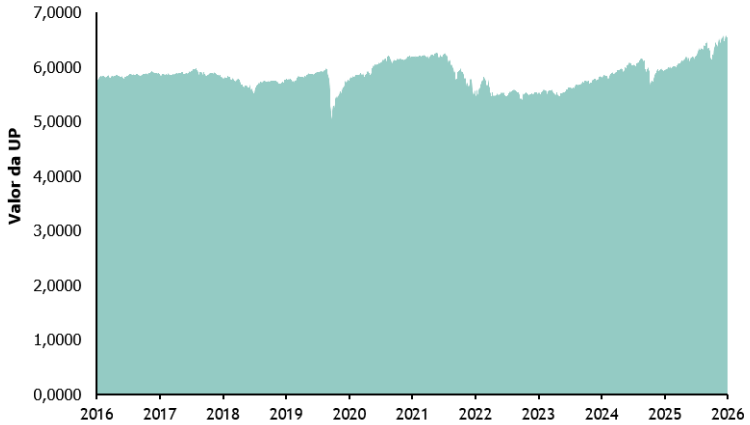
O fundo não procura exposição preferencial a um setor de atividade. O fundo pode utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos e para exposição adicional, sem que da mesma resulte uma exposição ao ativo subjacente superior a 100% do seu valor líquido global.

EVOLUÇÃO DO FUNDO

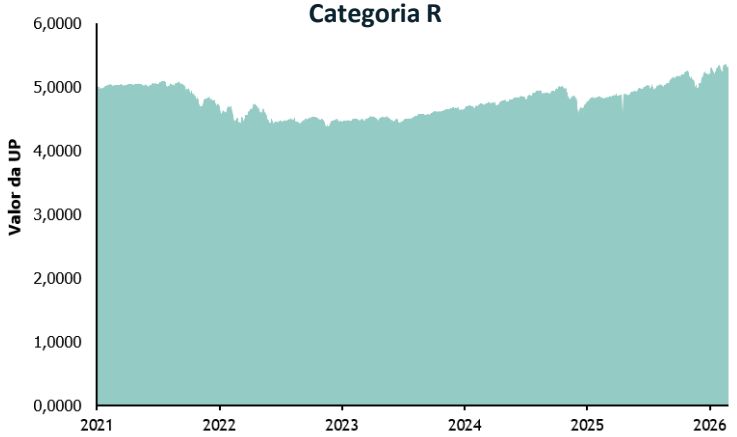
As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

Categoria A



Categoria R



EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2025	30.06.2026
IMGA FLEXÍVEL CAT A						
Nº. UP´s em circulação	3 160 223,7878	2 535 185,4334	2 101 755,8009	1 811 946,1753	1 584 590,8460	1 561 134,2814
Valor Unitário UP (Euro)	6,2326	5,4518	5,6221	6,0257	6,2171	6,5450
IMGA FLEXÍVEL CAT R						
Nº. UP´s em circulação	200,4009	200,4009	200,4009	200,4009	200,4009	381,2230
Valor Unitário UP (Euro)	5,0679	4,4258	4,5767	4,9032	5,0639	5,3279

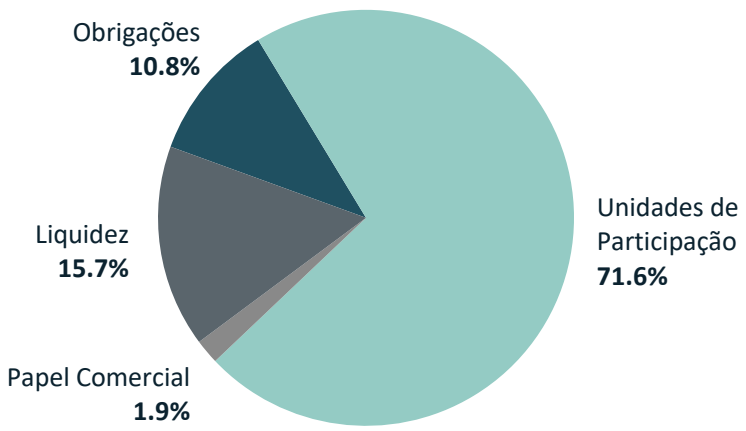
DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

(valores em euro)

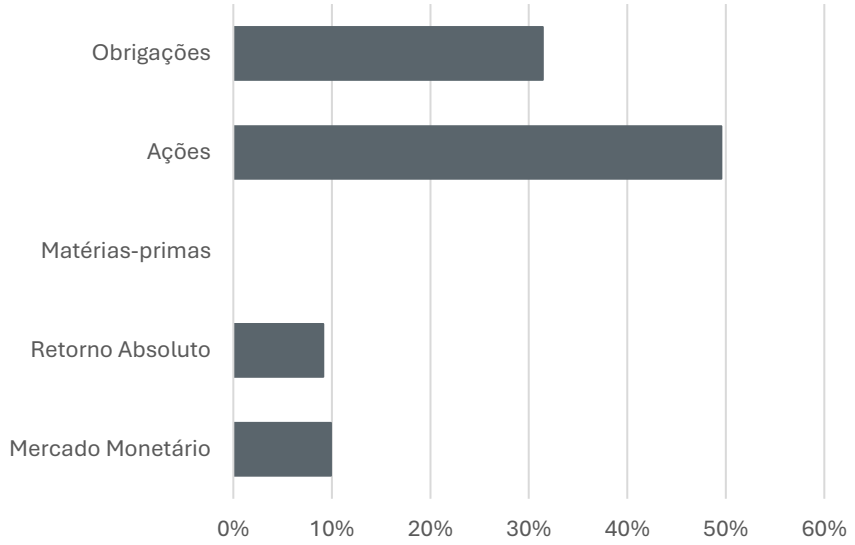
	30.06.2026
Valores mobiliários	9 449 898
Saldos bancários	493 217
Outros ativos	1 251 514
Total dos ativos	11 194 629
Passivos	975 065
Valor Líquido de Inventário	10 219 565

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

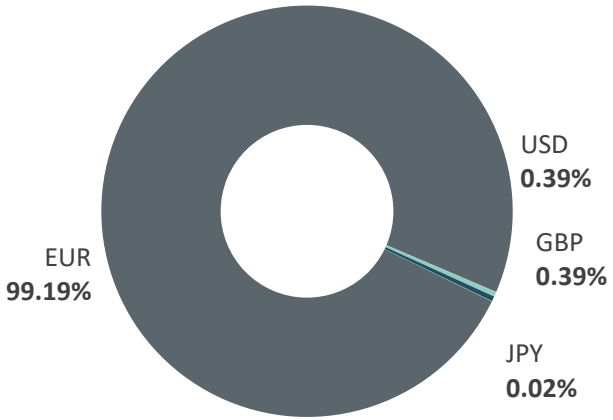
Carteira Ativos



Unidades de Participação



Exposição Cambial



Notas Informativas

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	1 087 495	11 804	-	1 099 299	5 774	1 105 073	12%
2. OUTROS VALORES	200 000	-	-	200 000	(3 510)	196 490	2%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	7 909 786	245 351	4 537	8 150 599	-	8 150 599	86%
TOTAL	9 197 280	257 155	4 537	9 449 898	2 265	9 452 163	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

Rendimentos	
Rendimentos do investimento	14 740
Outros investimentos	838
Mais-valias de investimento	2 249 484
Custos	
Custos de gestão	(78 434)
Custos de depósito	(2 961)
Outros encargos, taxas e impostos	(27 736)
Menos-valias de investimentos	(1 647 286)
Lucro líquido	508 646
Lucros distribuídos	-

Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	689 840
Resgates	(831 461)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(valores em euro)

	IMGA FLEXÍVEL CAT A		IMGA FLEXÍVEL CAT R	
	Valor Líquido	Valor Unitário da UP	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2023	11 816 237	5,6221	917	4,5767
31.12.2024	10 918 122	6,0257	983	4,9032
31.12.2025	9 851 525	6,2171	1 015	5,0639
30.06.2026	10 217 533	6,545	2 031	5,3279

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(valores em euro)

Descritivo	31.12.2025	Compras	Vendas	30.06.2026	+/- Valias
Operações Cambiais	250 564	2 756 714	(2 375 405)	628 072	(23 982)
Operações sobre Taxas de Juro	1 465 108	11 478 422	(11 109 778)	1 865 834	27 055
Operações sobre Índices	294 521	5 345 579	(5 657 550)	0	16 446

Balanço

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores em EUR)

Data: **30.06.2026**

ATIVO

Código	Designação	30.06.2026 Bruto	Mv	mv/P	Líquido	31.12.2025 Líquido
	Outros Ativos					
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	Total de Outros Ativos das SIM					
	Carteira de Títulos					
21	Obrigações	1 087 495	11 804		1 099 299	
22	Ações					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	7 909 786	245 351	(4 537)	8 150 599	8 838 973
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida	200 000			200 000	300 000
	Total da Carteira de Títulos	9 197 280	257 155	(4 537)	9 449 898	9 138 973
	Outros Ativos					
31	Outros ativos					
	Total de Outros Ativos					
	Terceiros					
411+...+418	Contas de Devedores	1 245 740			1 245 740	922 956
	Total dos Valores a Receber	1 245 740			1 245 740	922 956
	Disponibilidades					
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	493 217			493 217	586 884
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	Total das Disponibilidades	493 217			493 217	586 884
	Acréscimos e diferimentos					
51	Acréscimos de Proveitos	5 774			5 774	
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos					
59	Contas transitórias ativas					
	Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos	5 774			5 774	
	TOTAL DO ATIVO	10 942 011	257 155	(4 537)	11 194 629	10 648 813
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe A				1 561 134	1 584 591
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe R				381	200

PASSIVO

Código	Designação	Períodos 30.06.2026	31.12.2025
	Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	7 788 662	7 904 939
62	Variações Patrimoniais	2 897 969	2 923 313
64	Resultados Transitados	(975 712)	(1 278 285)
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	508 646	302 573
	Total do Capital do OIC	10 219 565	9 852 540
	Provisões Acumuladas		
481	Provisões para Encargos		
	Total das Provisões Acumuladas		
	Terceiros		
421	Resgates a Pagar a Participantes	10 195	44 337
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	53 815	16 368
424+...+429	Outras contas de Credores	904 799	731 934
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	Total dos Valores a Pagar	968 809	792 639
	Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos	2 746	1 756
56	Receitas com Proveito Diferido	3 510	1 879
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos	6 256	3 635
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	11 194 629	10 648 813
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe A	6.5450	6.2171
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe R	5.3279	5.0639

Balanço

(Valores em EUR)

Data: **30.06.2026**

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos 30.06.2026	31.12.2025
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros	628 072	250 564
	Total	628 072	250 564
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	2 348 476	1 465 108
	Total	2 348 476	1 465 108
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		294 521
	Total		294 521
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	Total		
	TOTAL DOS DIREITOS	2 976 548	2 010 193
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*	482 642	

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos 30.06.2026	31.12.2025
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	482 642	
	Total	482 642	
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	Total		
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	Total		
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	482 642	
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*	2 976 548	2 010 193

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores em EUR) Data: **30.06.2026**

Demonstração de Resultados

CUSTOS E PERDAS

Código	Designação	Períodos 30.06.2026	Períodos 30.06.2025
	Custos e Perdas Correntes		
	Juros e Custos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes	212	
719	De Operações Extrapatrimoniais		
	Comissões e Taxas		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	18 658	6 724
724+...+728	Outras Operações Correntes	82 163	55 826
729	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	256 120	145 755
731+738	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	1 391 165	957 875
	Impostos		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais		
7412+7422	Impostos Indirectos	6 401	5 187
7418+7428	Outros impostos		
	Provisões do Exercício		
751	Provisões para Encargos		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	1 699	1 267
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	1 756 417	1 172 634
79	Outros custos e perdas das SIM		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)		
	Custos e Perdas Eventuais		
781	Valores Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		
66	**Resultado Líquido do Período (se>0)**	508 646	
	TOTAL	2 265 063	1 172 634
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	553 884	213 999
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	40 754	(303 770)
B-A	Resultados Correntes	507 807	(143 833)

PROVEITOS E GANHOS

Código	Designação	Períodos 30.06.2026	Períodos 30.06.2025
	Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Proveitos Equiparados		
812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	6 895	4 769
811+814+827+818	De Operações Correntes	3 643	8 217
819	De Operações Extrapatrimoniais		
	Rendimento de Títulos		
822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	4 202	276
829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Ganhos em Operações Financeiras		
832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	817 565	361 433
831+838	Outras Operações Correntes		
839	Em Operações Extrapatrimoniais	1 431 919	654 104
	Reposição e Anulação de Provisões		
851	Provisões para Encargos		
87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	1	1
	Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	2 264 225	1 028 801
89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)		
	Proveitos e Ganhos Eventuais		
881	Recuperação de Incobráveis		
882	Ganhos Extraordinários		
883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	703	
888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	136	52
	Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)	838	52
66	**Resultado Líquido do Período (se<0)**		143 781
	TOTAL	2 265 063	1 172 634
F - E	Resultados Eventuais	838	52
B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	508 646	(143 781)
B+D+F-A-C-E+7411/8+7421/8	Resultados Líquidos do Período	508 646	(143 781)

Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	30-jun-26		30-jun-25	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		689 840		310 733
Subscrição de unidades de participação	689 840		310 733	
PAGAMENTOS:		865 602		1 044 656
Resgates de unidades de participação	865 602		1 044 656	
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		(175 762)		(733 923)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
RECEBIMENTOS:		20 917 541		5 869 563
Reembolso de títulos e outros ativos	400 000		400 000	
Resgates de unidades de participação noutros OIC	20 511 287		5 468 883	
Rendimento de títulos e outros ativos	4 202		681	
Juros e proveitos similares recebidos	2 052		0	
PAGAMENTOS:		21 020 109		5 367 283
Compra de títulos e outros ativos	1 386 794		396 460	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	19 614 606		4 964 040	
Comissões de corretagem	17 270		5 481	
Outras taxas e comissões	61		21	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	1 377		1 282	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(102 567)		502 280
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		4 490 889		2 670 253
Operações cambiais	198 935		196 882	
Operações de taxa de juro	736 443		159 996	
Operações sobre cotações	447 466		295 019	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	737 045		710 650	
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	2 370 999		1 307 706	
PAGAMENTOS:		4 257 743		2 732 940
Operações cambiais	222 917		234 386	
Operações de taxa de juro	709 388		168 919	
Operações sobre cotações	431 020		341 312	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	742 365		692 654	
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	2 152 051		1 295 670	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		233 147		(62 687)
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		3 643		8 217
Juros de depósitos bancários	3 643		8 217	
PAGAMENTOS:		52 571		63 888
Juros devedores de depósitos bancários	884		1	
Comissão de gestão	43 962		56 155	
Comissão de depósito	3 082		3 304	
Taxa de supervisão	882		954	
Impostos e taxas	3 762		3 474	
Fluxo das operações de gestão corrente		(48 928)		(55 671)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		954		52
Ganhos extraordinários	954		52	
PAGAMENTOS:		509		0
Outros pagamentos de operações eventuais	509		0	
Fluxo das operações eventuais		444		52
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		**(93 667)**		**(349 949)**
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (C)		**586 884**		**490 295**
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (D)=(C)+(B)+(A)		**493 217**		**140 346**

Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Flexível – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 04 de junho de 1998, tendo iniciado a sua atividade em 22 de junho de 1998.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontram ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é constituído por unidades de participação, aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição para a Categoria A de mil escudos cada (quatro euros e noventa e nove cêntimos) e para a Categoria R de 5 euros, à data do início do OIC.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, é o valor da primeira avaliação subsequente ao dia da subscrição. O preço de reembolso tem como subjacente o mesmo cálculo, tendo por base o valor do património líquido do OIC, do dia seguinte ao do pedido de reembolso.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 30 de junho de 2026, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2025	Subscrições		Resgates		Outros	Resultados do Exercício	30-06-2026
		Categoria A	Categoria R	Categoria A	Categoria R			
Valor base	7 904 939	532 518	1 906	(649 700)	(1 002)			7 788 662
Diferença p/Valor Base	2 923 313	155 322	94	(180 697)	(63)			2 897 969
Resultados acumulados	(1 278 285)					302 573		(975 712)
Resultados do período	302 573					(302 573)	508 646	508 646
SOMA	9 852 540	687 840	2 000	(830 396)	(1 065)	-	508 646	10 219 565
Nº de Unidades participação								
Categoria A	1 584 591	106 744		(130 200)				1 561 134
Categoria R	200		381		(200)			381
Valor Unidade participação								
Categoria A	6.2171							6.5450
Categoria R	5.0639							5.3279

Em 30 de junho de 2026 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

		Categoria A			Categoria R			Total	
	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2026	30-06-26	6.5450	10 217 533	1 561 134	5.3279	2 031	381	10 219 565	1 561 516
	31-03-26	6.1482	9 455 881	1 537 993	4.9958	2 906	582	9 458 787	1 538 574
Ano 2025	31-12-25	6.2171	9 851 525	1 584 591	5.0639	1 015	200	9 852 540	1 584 791
	30-09-25	6.0788	9 948 917	1 636 673	4.9451	991	200	9 949 908	1 636 873
	30-06-25	5.9448	10 039 347	1 688 777	4.8361	969	200	10 040 316	1 688 978
	31-03-25	5.9178	10 401 126	1 757 610	4.8149	965	200	10 402 091	1 757 811
Ano 2024	31-12-24	6.0257	10 918 122	1 811 946	4.9032	983	200	10 919 104	1 812 146
	30-09-24	5.9340	11 081 651	1 867 515	4.8291	968	200	11 082 619	1 867 715
	30-06-24	5.8101	11 083 360	1 907 631	4.7287	948	200	11 084 308	1 907 832
	31-03-24	5.7492	11 481 910	1 997 166	4.6798	938	200	11 482 848	1 997 366

Em 30 de junho de 2026, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes	
	Categoria A	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	1
10% ≤ UPs < 25%	-	2
5% ≤ UPs < 10%	1	-
2% ≤ UPs < 5%	4	-
0.5% ≤ UPs < 2%	41	-
UPs < 0.5%	721	-
TOTAL	767	3

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2026, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
M.C.O.B.V. Estados Membros UE						
-Títulos dívida Pública						
Bonos Y Oblig Del Estado 2.6% 31/05/31	294 321	2 907	-	297 228	641	297 869
Buoni Poliennali Del Tes 4% 30/04/35	793 174	8 897	-	802 071	5 133	807 204
	1 087 495	11 804	-	1 099 299	5 774	1 105 073
2. OUTROS VALORES						
Outros instrumentos de dívida						
-Papel comercial						
CUF SGPS SA PC 2.80% 23/01/26 - 23/07/26	100 000	-	-	100 000	(174)	99 826
CUF SGPS SA PC 3.50% 26/06/26 - 25/06/27	100 000	-	-	100 000	(3 336)	96 664
	200 000	-	-	200 000	(3 510)	196 490
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
OIC domiciliados em Portugal						
IMGA Euro Taxa Variavel - CAT I	500 000	3 031	-	503 031	-	503 031
IMGA Liquidez - CAT I	500 000	168	-	500 168	-	500 168
IMGA Money Market - CAT I	804 814	2 113	-	806 927	-	806 927
	1 804 814	5 311	-	1 810 125	-	1 810 125
OIC domiciliados Estado membro UE						
Amundi Core S&P 500 SWAP UCITS ETF	433 282	4 417	-	437 699	-	437 699
Amundi ETF MSCI Emerging Markets	550 246	35 020	-	585 266	-	585 266
Amundi Funds - Emerging Markets Bond	98 000	1 152	-	99 152	-	99 152
Amundi MSCI AC Asia Pacific Ex Japan	657 143	52 028	-	709 171	-	709 171
AMUNDI MSCI EUROPE UCITS DR	193 454	4 082	-	197 536	-	197 536
BlackRock Strategic Funds-Americas Diversified Equity Absolute Return	432 467	15 743	-	448 210	-	448 210
Candriam Bonds Floating Rate Notes-I	474 272	25 907	-	500 179	-	500 179
GS EMRG MRKT CORP BD PT I HA	201 326	16 134	-	217 460	-	217 460
GS GROWTH & EMMKT DEBT - IAEH	133 743	466	-	134 209	-	134 209
Henderson Gart -UK AB RE-IEAH	293 078	3 282	-	296 359	-	296 359
JPMorgan E Europe Res Enh Idx Eqty Es ETF	335 700	-	(270)	335 430	-	335 430
JPMorgan E US Research Enh Idx Eqty ETF	371 914	13 237	-	385 152	-	385 152
Lyxor ETF S&P 500-A	136 817	1 517	-	138 334	-	138 334
Magna New Frontiers FD-G Eur	302 000	-	(4 267)	297 733	-	297 733
Ostrum SRI Credit Ultra Short Plus N1 Cap	450 000	331	-	450 331	-	450 331
UBAM - Global High Yield Solution	1	0	-	1	-	1
	5 063 442	173 318	(4 537)	5 232 223	-	5 232 223
OIC domiciliados E. não membro UE						
BARING UMBR. EM MKT SOV DEBT C EUR	54 000	664	-	54 664	-	54 664
Ishares JPM EM LCL GOV BND	99 604	1 699	-	101 303	-	101 303
IShares MSCI ERP MID CAP-ACC	299 507	26 093	-	325 600	-	325 600
IShares NASDAQ 100 UCITS-ETF	86 701	15 651	-	102 352	-	102 352
SPDR S&P 500 Eur Hedge ACC	501 718	22 615	-	524 333	-	524 333
	1 041 530	66 722	-	1 108 251	-	1 108 251
TOTAL	**9 197 280**	**257 155**	**(4 537)**	**9 449 898**	**2 265**	**9 452 163**

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o primeiro semestre de 2026 foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2025	Aumentos	Reduções	30-06-2026
Depósitos à ordem	586 884	26 596 083	26 689 751	493 217
TOTAL	586 884	26 596 083	26 689 751	493 217

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica "Juros e proveitos equiparados".

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.

c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.

f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:

   a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.

h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:

   a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;

   b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.

i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterado pela Retificação n.º 12/2015, de 11/03), assenta num método de tributação dos rendimentos "à saída", ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

10. RESPONSABILIDADES

A 30 de junho de 2026, o OIC tem acordado junto do Millennium BCP uma facilidade de limite máximo de descoberto intradiário na conta corrente no valor de €250.000, a qual não se encontra a ser utilizada, constituindo-se, assim, como uma responsabilidade potencial.

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de junho de 2026, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a prazo	
GBP	32 455	-	-	-	-	-	32 455
JPY	349 818	-	-	-	-	-	349 818
USD	758 748	-	(715 625)	-	-	(715 625)	43 123
Contravalor Euro	705 470	-	(628 072)	-	-	(628 072)	77 398

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2026, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	-	-	-
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	297 869	-	-	-	-	297 869
de 5 a 7 anos	-	-	-	(482 642)	-	(482 642)
mais de 7 anos	807 204	-	-	2 348 476	-	3 155 680

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2026 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	52 437	1.06%	12	1.07%
Comissão de Depósito	3 079	0.06%	0	0.03%
Taxa de Supervisão	717	0.01%	0	0.01%
Custos de Auditoria	1 248	0.03%	0	0.03%
Encargos outros OIC	22 432	0.46%	5	0.46%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	2 486	0.05%	1	0.05%
Outros Custos Correntes	727	0.01%	0	0.01%
TOTAL	**83 127**		**18**	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	**1.69%**		**1.65%**	

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada

Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível IMGA Flexivel (o «OIC») gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total de 11 194 629 euros e um total de capital do OIC de 10 219 565 euros, incluindo um resultado líquido de 508 646 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as Divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível IMGA Flexivel, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2026 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

Em nossa opinião, o Relatório de gestão, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de agosto de 2026

Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)